

---

**080ª SESSÃO ORDINÁRIA – 15SET2014****(Texto com revisão final.)**

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Apregoo documento firmado pelo Ver. Luciano Marcantônio, pelo qual comunica que reassumirá seu mandato de Vereador pela Bancada do PDT a partir desta data. Seja bem-vindo, Vereador!

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Ao iniciar os trabalhos desta Casa, agora, visualizo a presença de um jornalista, por coincidência, do Jornal do Comércio, um jornal que constantemente faz matéria sobre esta Casa, sempre de forma muito positiva, muito propositiva, até porque o Jornal do Comércio trata muito das questões tributárias. Considerando que na semana passada nós votamos aqui um projeto da minha autoria com o apoio de todos os Vereadores que reduziu o Imposto Sobre os Serviços – ISS, das agências de locação de mão de obra, eu vejo uma grande possibilidade de sair uma notinha no jornal, porque é bom também que a imprensa, a sociedade de um modo geral faça as devidas publicizações dos feitos, das coisas positivas que essa Casa faz – e tem feito muito. Não é o caso do representante digno do Jornal do Comércio que aqui, mas nós temos notado que alguns jornalistas se preocupam mais com as coisas negativas, de forma que, às vezes, nós ficamos até constrangidos. Eu tenho andado muito preocupado em me ausentar deste plenário, até por aquelas questões orgânicas, necessárias de cada um de nós seres humanos. Vamos que naquele instante se faça uma verificação de quórum e o Vereador não esteja aqui? Já sai no dia seguinte: “estava ausente”! E é muito bom que a gente tenha liberdade de fazer isso, porque nós vivemos um momento ímpar, em que a imprensa está livre, Ver. Pedro Ruas. A liberdade de imprensa leva, sim, a essa possibilidade de fazer coberturas jornalísticas. Alguns até forçam aquelas questões mais negativas, mas outros – como é o caso do nosso amigo que aqui se encontra – têm feito coberturas jornalísticas positivas. Às vezes sai umas pitadinhas, mas até com razão. Mas, hoje, então, fazia dias que não o via, semanas, meses, tenho certeza que vai sair uma notinha lá no Jornal do Comércio porque esta matéria é tributária. Fazia muitos anos que esta Casa não reduzia tributos da sociedade, dos nossos empresários, dos pequenos empresários. Tenho certeza que amanhã vai sair uma notinha: a Câmara de Vereadores

---

de Porto Alegre reduziu o ISS das agências de locação de mão de obra do serviço temporário. Pelo silêncio do plenário, estou indo no caminho certo. Como sou homem de muita fé e confiante, tenho certeza, Prefeito Villela, que amanhã sairá uma notinha. Até podem colocar outra nota, por exemplo, aquela da mesma semana em que nós aprovamos um projeto aqui na Casa, vetado pelo Prefeito, que invocou a Constituição, o Código Tributário, todas as almas penadas deste mundo. Mas antes de enfrentarmos o veto, ele mandou um decreto contemplando exatamente a minha proposta. Vejam, senhores e senhores, que eu estou bem com o Executivo, ainda que eu não seja da oposição, eu estou bem cotado com o Executivo! Ele veta o meu projeto, alega questões que não se entende em nada, porque busca todas constituições, Código de Trânsito Nacional, enfim, tudo, e aí encaminha um Decreto – antes de enfrentarmos o veto – contemplando exatamente a nossa proposta. É bom que a sociedade saiba disso, porque essas coisas ficam por aqui, porque não estamos vendo eco na imprensa, mostrando aquilo que se produz ou o que se deixa de produzir. Agora, nos parece que no fundo, no fundo, a grande maioria está mais preocupada com as coisas negativas. E não é o caso do Cascatinha, do Jornal do Comércio, que é um baita de um jornalista e sempre tem contemplado esta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Quero comunicar aos demais Vereadores que o Ver. Tarciso Flecha Negra está de aniversário. Nosso mineiro, jogou no América, grande gaúcho que muito orgulho nos deu, pelo menos à metade do Rio Grande, e que honra muito esta Casa. Parabéns, Ver. Tarciso, é uma honra ser Vereador junto com V. Exa. Em nome da Casa, cumprimento V. Exa. e lhe entrego uma pequena lembrança.

(Procede-se à entrega do cartão comemorativo.)

O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que nos assistem, muitíssimo obrigado. Hoje é um dia de muita alegria, de muita felicidade, daquele sonho e daquele guri que saiu com o coração cheio de

---

sonhos daquela cidade pacata, em Minas Gerais, onde começou o início dessa árvore chamada Tarciso Flecha Negra.

Eu quero aqui cumprimentar os 111 anos do Grêmio, em nome do Presidente Fábio Koff, esse Grêmio que me deu a oportunidade de realizar todos os meus sonhos – não foi um, foram todos. Porque, quando saí de Minas Gerais, saiu a raiz, e essa árvore veio crescer aqui no Rio grande do Sul. Aqui eu aprendi respeito, carinho, amizade e luta. Lutar, guerrear, no bom sentido, só assim a gente alcança os nossos objetivos. E foi assim, junto com o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, que eu realizei todos esses sonhos. Vocês sabem que não é fácil! Todos nós temos sonhos na vida, pelos quais temos que lutar e buscar. O Ver. Paulinho Motorista sabe disso, porque, assim como ele, eu também vim de uma família muito humilde, e muita gente achava que seria muito difícil, mas estava guardado, no coração de Deus, este presente que seria o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, onde eu iria realizar meus sonhos.

Hoje, como político, procuro também realizar meus sonhos, os sonhos de todos nós, os sonhos das crianças carentes, os sonhos das crianças que têm o mesmo sonho de quando eu saí de Minas Gerais, com a mala e a cabeça cheias de bonitos sonhos. É isso que me dá força e que me faz lutar. Por isso, muitas pessoas me perguntam o que me levou à política. Há 18 anos, eu trabalho com a inclusão social, fazendo política social nas periferias, nas vilas, Ver. Paulinho, no Chapéu do Sol, na Ponta Grossa, no Sarandi. Trabalhamos muito, porque esse presente maravilhoso que eu ganhei daquele mestre não é só meu, esse presente é para distribuir com todas as crianças e com todos os jovens.

Não foi só o Grêmio, mas o Rio Grande do Sul que abriu essa porta para que eu pudesse realizar esses sonhos maravilhosos. Agradeço de coração. Tudo o que eu fizer pelo Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, pelo Rio Grande do Sul, com toda a sinceridade do meu coração, será pouco pelo que vocês me deram. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. João Derly solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 15 de setembro a 2 de outubro de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

---

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Rodrigo Maroni, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Seja bem-vindo, Ver. Rodrigo Maroni.

O Ver. Luciano Marcantônio solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 16 de setembro a 6 de outubro de 2014. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.)

**APROVADO.**

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. PEDRO RUAS:** Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, Ver. Bernardino Vendruscolo, eu ouvi atentamente a fala de V. Exa. e quero apresentar um contraponto num item específico. A Casa pode ter posição favorável. Veja bem, o meu contraponto não é contra a divulgação ou não, divulgação é importante sempre, mas nós temos que colocar as coisas como são. A Bancada do PSOL não é a favor de qualquer tipo de isenção tributária a grandes empresários. Não somos a favor. Acho que, quando se trata de pequenos e microempresários, meu caro Davi, votamos a favor – já votamos com V. Exa. –, mas nós não podemos partir da ideia de que todo o tributo, todo o imposto é ruim. Não! Se o grande empresário, se as grandes empreiteiras, os grandes os bancos... Eu sou autor de uma legislação que acabou com a isenção que os bancos tinham do ISSQN. Até 1994, os bancos não pagavam ISSQN, o Bradesco não pagava, o Itaú não pagava. Agora, eu pagava, Davi, como advogado. A fruteira da esquina pagava, os grandes não pagavam! Então, nós temos aí uma divergência com relação à questão tributária, à questão de fundo.

Do nosso ponto de vista, do ponto de vista do PSOL, eu quero deixar bem claro: a diminuição de tributação do pequeno e do microempresário é algo que se estudo caso a caso e podemos votar a favor muitas vezes. Do médio e do grande empresário, nós votaremos contra! Contra! E não estamos aqui para defender o Prefeito Fortunati. Somos, aliás, oposição permanente ao Prefeito José Fortunati! Mas sabemos que o Município precisa de recursos. Sabemos que, sem recursos tributários oriundos da tributação, nós não teremos como reclamar escolas, como reclamar asfalto, creches, condições dignas para a população.

---

O Ver. Bernardino Vendruscolo me adverte corretamente de que, neste tempo, ele falava sobre os pequenos e micros. Está certo. Mas nem sempre o Vereador fala sobre os pequenos e micros. Ele tem projetos de isenção ou diminuição de tributação também para médios e grandes. E é sobre isso que eu quero falar! É sobre isso que eu me manifesto! O PSOL, nacionalmente, defende a tributação, a taxação sobre as grandes fortunas, apenas por serem grandes fortunas, independentemente da sua origem, por mais legítima ou legal que seja.

Então, nós defendemos, Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, impostos, sim! Taxações, sim! Há a necessidade disso! Temos que cuidar que não passe a ideia para a Casa e para a população que nos assiste, particularmente pela televisão da Câmara, de que a Casa tem um consenso com relação à diminuição ou à isenção de tributos. Não há esse consenso! Nós, do PSOL, para médios e grandes empresários, defendemos, sim, a manutenção de tributação e, em alguns casos, como é o caso de bancos e empreiteiras, o aumento da tributação. O aumento da tributação! Essa é a posição do PSOL. Respeitando as posições divergentes e qualquer posição em contrário, que fique bem clara a nossa posição, falo aqui em nome da liderança do Partido, em meu nome, em nome da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, portanto, em nome da nossa Bancada, que a nossa posição é esta. E há casos em que votamos, sim, junto com o próprio Ver. Bernardino Vendruscolo, que nos advertiu, aqui, de que este projeto especificamente é com relação a pequenas e microempresas; e é verdade! Mas fica o registro: a nossa posição é pontual, analisada caso a caso, a tributação como um todo não é algo que se possa jogar numa vala comum. Empresas grandes, até empresas gigantes não só devem ser tributadas, devem ser mais do que são atualmente. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Sras. Vereadoras e Srs, Vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TVCâmara e das galerias, nós viemos aqui nos solidarizar com o que o Ver. Pedro Ruas falou, pois não podemos mais ver o Governo beneficiar grandes empresas – isso em nível federal,

---

estadual e municipal –, enquanto a pequena empresa – que no Brasil é a que mais gera emprego – é a que mais sofre com as tributações. No Brasil, a pequena empresa é a que mais vem sofrendo e é a que menos tem benefícios.

Quero também saudar o Ver. Bernardino Vendruscolo, que fez um projeto de lei, nesta Casa, que beneficia a pequena empresa, permite que a pequena empresa – que é a responsável pela geração de mais de 70% dos empregos deste País e pela geração de renda de mais de 70% da população brasileira – seja beneficiada com a isenção fiscal. Nós cansamos de ver o setor automotivo, por exemplo, diante de qualquer problema financeiro, de qualquer crise financeira que tenha o País, esse setor é beneficiado com a redução do IPI. É uma redução que sai do bolso da população brasileira, e isso não nos é esclarecido. Essa redução de IPI que a indústria automobilística recebe, essa redução de IPI que o Governo dá, muitas vezes, à indústria automobilística, sai do fundo de participação dos Municípios. O pequeno Município que já tem dificuldade de investir em saúde, educação e infraestrutura acaba perdendo o seu repasse da União, porque a União dá esse incentivo à indústria automobilística, às grandes empresas. Eu acho que nós temos que dar esses incentivos fiscais com garantia de emprego; nós temos que dar esses incentivos fiscais com garantia de desenvolvimento; nós temos que dar esse incentivo fiscal com a garantia de que as empresas continuem crescendo e se desenvolvendo nas suas regiões e, principalmente, de que os níveis de emprego sejam garantidos nas suas cidades.

Quando o Ver. Bernardino Vendruscolo apresenta nesta Casa um projeto e nós aprovamos um incentivo às pequenas e microempresas de locação de mão de obra, eu acho que esta Casa faz uma justiça, mas nós temos que estar atentos para que isso não ocorra em grandes empreendimentos, principalmente no setor que mais explora a população de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, que mais explora os trabalhos do Brasil, que é o sistema bancário. Esse sistema vive querendo se beneficiar com incentivos fiscais, esse sistema vive querendo se beneficiar até com IPTU! E isso não pode acontecer, e esta Casa tem que estar sempre atenta, como tem que estar atenta a Assembleia Legislativa e o Congresso Nacional. Eu acho que o pequeno empreendedor que gera emprego, o pequeno empreendedor que gera renda tem que ter os seus benefícios para garantir esse emprego. Agora, os grandes devem receber um cuidado muito grande por parte desta Casa, um cuidado muito grande por parte dos Parlamentos.

---

Com força, fé e solidariedade nós vamos melhorar a vida do povo brasileiro e dos trabalhadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro. Srs. Vereadores e Sras. Vereadores, agradeço a Liderança do nosso Partido e volto mais uma vez ao debate da educação no Brasil. Estava hoje numa reunião importante, ao meio-dia, com professores universitários das várias redes, públicas e privadas, institutos federais, Universidade Estadual. E havia uma unanimidade muito importante no sentido de celebrar os melhores índices que o Rio Grande do Sul hoje ostenta, de posição, de resultado do desempenho dos alunos a partir do investimento profundo no debate educacional, na formação dos professores, na mudança curricular, que é uma marca muito importante, este diálogo entre universidade e escola que não só aqui no Rio Grande se faz, porque hoje todas as universidades públicas e privadas, as universidades chamadas comunitárias, fazem a formação em serviço permanente dos professores.

E não só isso, também há um programa fundamental que se chama PIBID, que é um programa de integração universidade-escola, programa financiado pelo Governo Federal que concede bolsas para alunos em formação nos diferentes cursos na universidade, para realizar projetos na escola pública. E mais: dá um suporte para professores que assumem a coordenação, lá na escola pública, desse projeto. Esse projeto PIBID, de aproximação escola-universidade, para nós também é um fator muito importante de transformação curricular não só da escola, também é um processo que começa a encharcar a escola da sua responsabilidade com a mudança da educação básica. Não basta, na educação básica, haver o esforço de pesquisa dos alunos, de integração de áreas na escola, de trabalho integrado dos professores dentro das áreas, se a universidade não transformar o seu currículo, a formação dos professores. Nós celebramos este movimento, que tem que se aprofundar, avançar, de aproximação da universidade na escola.

---

Também os professores registravam a importância do alargamento do ingresso no Ensino Superior, universidades públicas que já viveram períodos de quase privatização, de absoluta falta de recursos, hoje têm outros problemas. Nós, que andamos acompanhando a Universidade, vimos as filas do RU, que dobram a esquina no RU da UFRGS, o que demonstra que a Universidade multiplicou o número de vagas, nos diferentes horários inclusive, ampliando gradativamente os cursos noturnos, o que é muito importante. Havia uma resistência, uma cultura, uma lógica nas universidades federais, que antes eram só para os filhos das classes mais abastadas do Brasil, em função da lógica perversa do puro vestibular. Hoje, o avanço gradativo das cotas da UFRGS – irá para 40% no ano que vem – e o Reuni trazem uma expansão, originando novos problemas para a Universidade. Traz uma inclusão, traz atores novos pesquisando, negros, alunos e alunas oriundos da Escola Pública pensando o conhecimento, pensando as diferentes áreas. Mas também faz com que o Brasil seja muito mais igual, faz a criação de uma massa crítica. Pela primeira vez, nós celebramos, Vereadores do PT – Alberto, Comassetto, Sgarbossa –, porque esta será a primeira eleição em que teremos mais pessoas formadas no Ensino Superior do que analfabetos votando. Então, a educação brasileira é a educação que, de fato, é, pode e vai fazer com que a experiência democrática seja uma experiência muito mais qualitativa, aprofundada, séria, consistente. Que, de fato, a democracia deste Brasil seja uma democracia produtora, cada vez mais, de direitos, de igualdade, de fraternidade e da cultura de paz.

Então, essa reunião importantíssima de educadores e educadoras das universidades indicou que o caminho que o Brasil trilha a partir da educação é um caminho que não pode ter volta. Quero aqui, em nome do PT, dizer isto: a educação hoje é a chave mestra. E não é mais só discurso, ela é de fato. A gente sempre se acostumou a ouvir que a educação é a chave de tudo no Brasil, agora a educação está sendo a chave de tudo, incluindo, nesses relatos que dei, o Pronatec, a mudança da formação na Medicina, o alargamento dos cursos de Medicina – da entrada na Medicina e da Residência, porque hoje ficam muitos fora da Residência. Tudo isso vai mudar a face deste Brasil, e este caminho não pode ter volta.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Sofia.

**O Sr. Pedro Ruas (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**O SR. ALBERTO KOPITTKE:** Caros colegas, muito boa tarde, desejando aqui uma ótima semana, muito produtiva, a todos e a todas aqui no nosso Parlamento Municipal. Agradeço aqui aos colegas de oposição – PT, PCdoB e PSOL – por este tempo de Liderança. Eu gostaria – Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, que acaba de falar, e Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto –, na condição de Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos da nossa Câmara, de fazer uma rápida reflexão sobre um assunto que está na Ordem do Dia e que tem me assustado muito: uma onda de intolerância que tem atingido o nosso Estado. E aqui estamos falando do patrimônio cultural, da imagem do Rio Grande do Sul, da forma como as novas gerações vão enxergar o nosso Estado. Eu me refiro aqui, especificamente, a dois episódios. E aqui faço uma fala suprapartidária – o tempo de oposição é meramente uma formalidade –, uma reflexão muito mais do que entre Partidos, uma reflexão sobre a política, sobre o papel da política para a sociedade gaúcha. Eu me refiro aqui, Ver. Pedro Ruas, a dois episódios recentes, porque temos outros. Mas, primeiro, trago aquele triste caso, na Arena, de racismo, que nos envergonhou a todos; e eu não estou falando apenas da menina, estou falando da tradição cultural que vinha se repetindo por décadas – não é algo deste mês, por décadas – e que agora extravasou. A sociedade tem repellido esse tipo de manifestação.

O segundo caso, da semana passada, do incêndio do CTG em Santana de Livramento – a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna representou a nossa Comissão e a nossa Câmara de Vereadores lá em Livramento durante o casamento – e, mais uma vez, o Rio Grande do Sul foi pauta nacional por intolerância, por homofobia, pela incapacidade de se aceitar o

---

outro ou a outra com as suas diferenças, seja diferença racial, de orientação sexual, religiosa; quaisquer diferenças que nos tornam intolerantes e recentemente, agora, violentos.

Qual o papel da política nesses episódios que estão acontecendo e estão manchando a imagem do Rio Grande do Sul e também da nossa Cidade? A política tem o papel orientador da sociedade cultural, e o que nós estamos vendo agora nada mais é do que a consequência da fala e do pensamento de alguns autores políticos, alguns sujeitos políticos que pregam a intolerância na sociedade. São algumas pessoas que, na sua ação política, verbalizam o preconceito, inclusive fazem chamados à violência, como infelizmente nós vimos recentemente na fala de alguns Parlamentares gaúchos dizendo que negros, pobres, lésbicas e índios são tudo que não presta. Isso tem consequências políticas e sociais, isso reverbera pela sociedade. São discursos de intolerância que nós temos visto em todo País, não aceitando mais o reconhecimento das diferenças que inclusive o judiciário brasileiro já tinha aceitado. Nós vemos, pelas redes sociais, discursos de ódio contra homossexuais, negros, quilombolas, índios. Não é essa cultura política que nós queremos legar para o futuro do Rio Grande e do Brasil; são os sujeitos políticos que têm que construir uma cultura de tolerância, de convivência, de pluralidade, não esta que infelizmente algumas pessoas têm construído na história recente do nosso Estado e do nosso País, e que tem consequências nesses atos de violência. São essas pessoas, esses atores políticos os responsáveis também pelos atos de violência que nós vemos na Arena ou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...Concluindo, brevemente, esta é uma reflexão fundamental que todos nós temos que fazer, porque nós costumamos votar sempre aqui uma homenagem para algum líder negro, sobre alguma causa, também sobre as religiões de matriz africana, mas, na prática, alguns setores da política têm disseminado o ódio, a discriminação, o preconceito, a intolerância. Nós não podemos aceitar isso de forma passiva, calados; nós precisamos nos mobilizar contra o preconceito, contra velhas visões que, infelizmente, já comandaram por tantos anos, décadas, séculos a cultura do nosso País, e nós temos que superar com uma cultura humanista e pluralista, vencendo o preconceito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** (15h05min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

Em discussão o PLE nº 059/12. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 059/12.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro, nosso futuro Presidente no próximo ano; senhores e senhoras, eu faço questão de falar que nós estamos pedindo para os Vereadores que ainda não chegaram... Estamos com 22 presentes, precisamos de mais alguns Vereadores para votar alguns projetos importantes. Então, nós estamos ganhando um tempo, mas, principalmente, porque este tema é muito importante. Mais uma vez, o Município de Porto Alegre pede autorização para contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, nesse caso, para modernização da gestão. O Prefeito Fortunati investe na eficiência de gasto da receita e gasto público, controle interno.

Eu quero fazer algumas observações: primeiro, dizer que nós temos plena consciência da mudança que esse Brasil experimenta no tratamento republicano com prefeituras e Estados, a partir do Governo Lula e Dilma. Nós vimos dois projetos, hoje, de contratação de financiamentos. Todas as obras que aqui em Porto Alegre estão em andamento têm financiamento pelo Governo Federal em juros subsidiados. Portanto, o tema do juro, a prioridade para o desenvolvimento do País a partir do investimento em infraestrutura é claro, e o tratamento igualitário que todos os Municípios, independente de Partidos e de Governos, recebem da Presidência da República é reconhecido por todos os Partidos, Ver. Tarciso. O que me preocupa é que o nosso Município de Porto Alegre tem recebido, com muita força, muito investimento, muito suporte do Governo Federal, mas tem que cuidar um pouco mais da forma de gestão desses recursos, sendo necessária uma otimização. Não dá para trabalharmos com a ideia de que esse montante todo de recursos não demande uma qualidade técnica importante da Prefeitura de Porto Alegre, de execução, de realização de projeto, de controle e de fiscalização na implementação desses projetos na cidade de Porto Alegre. Nós temos ouvido muito nessa campanha, e campanha eleitoral pode ser desgastante, as pessoas podem achar xarope, mas é

---

---

sempre uma revisitação importante pelas cidades, pelos Estados. E há queixa generalizada da queda da qualidade dos serviços do aguaceiro, do não escoamento, da situação das calçadas, do jeito que, após uma obra de saneamento, ficam as ruas – a rua que tinha um calçamento mais ou menos fica toda remendada. Então, na verdade, está faltando um controle que a gente sabe que é da ausência de profissionais, de equipes e de integração de trabalho na Prefeitura de Porto Alegre.

Eu, ontem, visitava uma rua aqui no bairro Partenon, e as pessoas me mostravam os efeitos: “Aqui, foi trocado o esgoto”; “Aqui, teve uma intervenção, e a rua está toda assim, cheia de buracos”. É a Rua Graciano Azambuja, que tem calçamento, mas é uma rua muito ruim de transitar. Portanto, me parece que não bastam todos esses investimentos federais em grande escala para o Brasil inteiro em moradia popular, em saneamento básico, em gestão pública. E, como o tema aqui é gestão, é modernização da gestão, a gente lamenta que não haja uma atenção e uma prioridade para a eficácia; e a eficácia depende da motivação dos funcionários municipais, do investimento na sua qualificação, das equipes de trabalho, da capacidade de execução com eficiência, com integração e com cuidado um estético, com um cuidado urbano que a gente não vê na nossa Cidade. Nós não queremos uma Cidade que tenha só as novas obras bonitas e apresentáveis, mas uma cidade que vá crescendo como um todo na sua qualidade, na sua urbanidade, na sua beleza, num estilo que os moradores se sintam felizes numa cidade que é bonita. É primavera, a nossa Cidade está muito bonita, muito florida, é a nossa característica, a arborização deixa a Cidade maravilhosa, o nosso Guaíba... A gestão tem que ser integrada, cuidadosa, para que a gente possa, de fato, dar valor e fazer a nossa parte em relação a grandes recursos que o Governo Federal envia.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação a Mensagem Retificativa ao PLE nº 059/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com os votos contrários da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas.

---

Em votação o PLE nº 059/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários da Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e do Ver. Pedro Ruas, e com a abstenção da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

Em discussão o PLE nº 020/14. (Pausa.) A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 020/14.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; este projeto é referente à modernização tributária. (Lê.): “Esse programa propicia potencializar a geração de receita municipal, através de arrecadação de tributos (IPTU, ISS, ITBI, etc.) disponibilizando à administração pública melhorias da gestão tributária, financeira, patrimonial e previdenciária. Isto irá culminar em uma maior autonomia no desenvolvimento dos planos e projetos municipais, fortalecendo o planejamento e execução de políticas públicas de forma integrada e transparente, conforme preceitua a Lei de Responsabilidade Fiscal.” São R\$ 20 milhões com o Banco do Brasil.

Eu quero dizer para V. Exas. que no primeiro projeto eu me abstive e nesse votarei contra. Por que votarei contra? Porque acho que a cidade de Porto Alegre está tendo pouquíssima gerência sobre as decisões de como se gastam os recursos nesta Cidade, e é pouquíssima, reafirmo aqui. A licitação que foi colocada em curso há uma semana, uma semana e meia, da revitalização da orla do Guaíba, foi muito questionada; houve contratação com dispensa de licitação do arquiteto. A audiência pública que nós tivemos aqui, Ver. Marcelo Sgarbossa, questionou muito o projeto, mesmo assim, não teve alteração e está sendo licitado, a despeito da opinião da cidade de Porto Alegre.

Por outro lado, nós estamos acompanhando o debate dos convênios que a Prefeitura tem com entidades da sociedade civil, convênios para o atendimento de criança e adolescente na cidade de Porto Alegre. Só em creche comunitária, são 214; só de convênio, são quase 500 entidades que atuam no contraturno da escola, no trabalho educativo, na aprendizagem, no atendimento das crianças, acolhimento em abrigo, em casas lares de crianças que perderam, infelizmente, as suas famílias, que estariam em situação de rua e estão abrigados. A rede de atendimento em educação infantil é muito potente, estratégica e delicada, e é feita em parceria, Município e sociedade civil. Lamentavelmente, todos os movimentos que essas entidades têm feito para receber o recurso, pelo menos, que

---

garanta o custeio desse atendimento que fazem, resultam em negativas e a Prefeitura afirmando que não tem recursos. É óbvio que aqui ela tenta modernizar a arrecadação, só que se não acompanhar transparência e decisão com a cidade de Porto Alegre nas prioridades de gestão, não é possível continuar arrecadando e aumentando a arrecadação. O SIAT está questionado na Justiça, está embargado, teve um problema sério de projetos. Mas, mais do que isso, nós discutimos, as entidades apresentaram e disseram que a bolsa de ensino superior, enquanto o Município não atende a Educação Infantil, não pode. Não é uma opção de gestão discutida com a Cidade. O Município se nega a mexer nisso. O Município comprou uniformes escolares este ano, gastou R\$ 4,5 milhões e não os entregou. Não se sabe o que aconteceu. Estamos pedindo informações e já sabemos que a SMED informou que entregará no ano que vem. Como assim, comprou este ano e só entrega no ano que vem? E sabemos que não foi entregue!

Mais: na semana que passou – já aviso que mandei para o Tribunal de Contas -, a Prefeitura fez um pregão eletrônico, contratou R\$ 15 milhões para uma agência de publicidade, de eventos, durante um ano. Eu estou com o edital impresso, mandei para o Dr. Geraldo da Camino, para o Ministério Público; se a Prefeitura não tem recursos para o convênio Creche Comunitária, para o contraturno da escola, por que essa contratação desses R\$ 15 milhões em pregão eletrônico para uma agência produtora de eventos? Então que nos deem explicação, que sejam mais transparentes na gestão. Se, por um lado, os recursos que vêm do Governo Federal são com juros possíveis para serem pagos em longo prazo pelo Município, tem que haver uma transparência de gestão e uma decisão da Cidade participando junto, ainda mais uma cidade que criou o Orçamento Participativo. Tudo isso que dei de exemplo não passa pelo crivo do Orçamento Participativo, porque, se passasse, a população tomaria outra decisão. Mas eu também pergunto: nossos bancos públicos podem fazer esse financiamento todo? Porque hoje há uma incidência política sobre a prioridade dos bancos públicos, o que acontecerá se este País desse autonomia ao Banco Central? Acho que não... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, o PLE nº 020/14. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 20 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

**O Sr. Pedro Ruas (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, conforme segue: PLL nº 084/14, PLL nº 156/14, PLL nº 130/14, PLL nº 163/14, PLL nº 183/14 e PLL nº 086/14. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em discussão o PLL nº 084/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 156/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 130/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 25 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 163/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 086/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**.

Em discussão o PLL nº 183/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**.

Em discussão o PLCL nº 027/11. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com os votos contrários dos Vereadores, Pedro Ruas, Fernanda Melchionna, Marcelo Sgarbossa e Sofia Cavedon.

**O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a votação do Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que solicita o adiamento, por três Sessões, da discussão do PLCL nº 015/14.

**O Sr. Nereu D'Avila (Requerimento):** Como o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa não conseguiu, na última Sessão, quórum para votação e como ele está diretamente ligado à discussão e votação do PLCL nº 015/14, se for recusado o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, requeiro que o próximo seja o PLCL nº 015/14, de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol.

**O SR. MARCELO SGARBOSSA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu aproveito aqui a oportunidade para dizer que poderíamos ter seguido a sequência de votação, porque estava aqui na lista. Eu entendi que o Requerimento do Ver. Reginaldo Pujol foi porque ele sentiu um quórum favorável para derrubar o Requerimento de minha autoria e aprovar o projeto do Ver. Nereu D'Avila na sequência, que justamente retira aquela emenda aprovada dos 30 segundos. Na semana passada, por falta de quórum, não conseguimos votar o Requerimento de minha autoria, mas o pedido foi feito várias vezes nesta tribuna, porque, na sexta-feira, haveria uma audiência no Ministério Público, já que a questão não foi judicializada, mas foi, digamos assim, ministerializada. Então, o Ministério Público abriu o inquérito civil para apurar o descumprimento da lei na questão do mínimo dos 30 segundos de travessia nas sinalizas. Eu não vou mais usar aqui todas as imagens, todos os argumentos técnicos, acho que já está suficientemente entendido; quem quis entender, entendeu, quem não quis, não quis e é do direito de cada Vereador. Então, faço aqui apenas um registro de que, no Ministério Público, na sexta-feira, o Promotor de Justiça levantou a questão do projeto que tramitava – que hoje poderá, inclusive, ser votado, poderá ser mantida ou não a emenda do mínimo dos 30 segundos. Independentemente disso, o inquérito civil continuará, será readequado o objeto. O Promotor de Justiça fez questão de constar na ata que o futuro objeto do inquérito civil deverá contemplar a preservação dos direitos do pedestre em situação de vulnerabilidade, bem como o aprimoramento do sistema de sinalização semafórica para este fim. Ou seja, sensível ao tema, seguirá o inquérito civil e, no âmbito do Ministério Público, ficou a sugestão do Promotor da criação de um grupo de trabalho formado, desta

---

---

vez, com participação da sociedade civil, diferentemente da elaboração do teste lá do dia 29 de abril. Nessa data, a EPTC fez um teste, e é curioso como encontro pessoas na rua, inclusive da própria EPTC, que dizem que o teste tirou o tempo do verde dos motoristas. Justamente, eu expliquei aqui da tribuna, na semana passada, que não precisaria ter tirado o tempo do verde dos motoristas, simplesmente ampliado mais o ciclo todo e mantendo o tempo de verde dos motoristas. Mas o teste resolveu não ampliar o ciclo e retirar tempo do verde do motorista e, por isso, o transtorno que causou.

Então, dentro de 15 dias, já contando a partir de sexta-feira, a EPTC irá encaminhar um cronograma dos estudos que deverão ser feitos e, a partir daí, na próxima audiência, dentro de 13 dias, será formado este grupo de trabalho junto ao Ministério Público. Vejam, é um pena, porque eu diria que a política falhou: nós tentamos essa conversa e esse diálogo junto ao Prefeito e não conseguimos. Pedimos uma audiência com Prefeito no dia 29 de maio, quando a lei já estava em vigor, e até agora não conseguimos. Continuaremos aguardando a audiência com o Prefeito que – quero fazer uma ressalva – foi sensível e, no dia 14 de abril, perante um grupo de ativistas. Os ativistas disseram “essa emenda dos 30 segundos é positiva para a Cidade”, e o Prefeito concordou e disse que sancionaria. Aí veio a sugestão da EPTC do famoso teste, e o teste foi como foi. Eu queria fazer um elogio à sensibilidade política do Prefeito em concordar com a ampliação do tempo das sinaleiras dos pedestres, o que depois, a EPTC, num teste direcionado, acabou mostrando, entre aspas, que não era possível.

O inquérito continuará, independente do resultado; ainda acredito que alguns Vereadores serão sensíveis ao tema e votarão contra a derrubada desse tempo mínimo. Portanto, não é um padrão, é um tempo mínimo de 30 segundos, mas se for derrubado seguirá a discussão no Ministério Público através de um grupo de trabalho, pois, até dezembro de 2015, uma nova Resolução do Contran estabeleceu diretrizes diferentes para a programação semaforica. Uma delas – que nós solicitamos que fosse implantada imediatamente, mas a EPTC não tem essa visão – é a de que o tempo vermelho piscante seja o suficiente para atravessar toda a via. É isso que diz o texto da Resolução do Contran. Portanto, quando começa a piscar a mão vermelha, o pedestre tenha que ter todo o tempo para atravessar a via. Em Porto Alegre não se faz isso; a partir do momento em que começa a piscar a mão vermelha, o pedestre tem de três a cinco segundos. Leia-se: se ele começou a travessia, ele tem que tomar a decisão de retornar para a calçada

---

---

onde ele começou a travessia ou adiantar o passo, e muito, para conseguir finalizar a travessia. Então, vejam como não há uma razoabilidade e até há uma indignidade, eu diria, nessa forma como as sinaleiras estão programadas.

Portanto, é um dos temas que serão debatidos nesse grupo de trabalho que será formado dentro de alguns dias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol.

**O SR. VALTER NAGELSTEIN:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero gizar uma discordância respeitosa com o Ver. Marcelo Sgarbossa. Quando nós não aprovamos o projeto de lei do Vereador, é porque nós quisemos e queremos garantir à EPTC a faculdade de poder, discricionariamente – que é uma ferramenta do Direito Administrativo -, o gestor optar em qual sinaleira vai ter qual tempo. É óbvio e é evidente, Ver. Sgarbossa, que em algumas sinaleiras o tempo que está ajustado não me parece – e a realidade tem mostrado – o tempo correto. Por outro lado, é preciso dizer que V. Exa., quando fez valer o seu projeto, se igualou àquele filme de Hollywood “O Dia em que a Terra Parou”. Foi o dia em que Porto Alegre parou, e, infelizmente, foi unânime: a Cidade parou. Essa é a demonstração mais do que evidente e cabal de que nós não podemos fazer uma legislação a rodo, que a legislação tem que ter a sua flexibilidade, meus colegas Vereadores; que nós, em algumas sinaleiras, em avenidas de grande fluxo, precisamos ter 30 segundos ou, quem sabe, até mais segundos, em algumas outras nós precisamos ter menos, exatamente para respeitar a dinâmica do trânsito. Mais do que isso, a EPTC monitora, Srs. Vereadores, todos os dias, através de uma sala de situação, as sinaleiras, o tempo semafórico, e muitas das sinaleiras da Cidade a EPTC pode, numa sala de controle, aumentar ou diminuir o seu tempo – não somos nós aqui, Ver. Cecchim! Eu quero saudar o Ver. João Dib, esse baluarte da política gaúcha e brasileira, nosso querido amigo. Um fraterno abraço, Ver. João Dib. Que bom que o senhor está conosco aqui. Aliás, quero dizer que algumas pessoas têm usado o santo nome do Ver. João Dib em vão, às vezes – e é um nome que é sagrado, tem que ser respeitado -, amoldando-o a conveniências e a discursos políticos. O Ver. João Dib tem 40 anos de Casa, é um

---

pág. 18

---

homem que está acima de qualquer questão, de qualquer querela política, merece, de todos nós, todo o respeito.

Então, Ver. Sgarbossa, a primeira questão é a mesma do filme “O Dia em que a Terra Parou”; Porto Alegre parou naquele dia. O senhor não se render a isso me parece um exercício até de rabugice, e eu sei que não é o seu caso, mas nós temos que ter a capacidade de nos rendermos a isso.

A segunda questão com que tenho profunda discordância com V. Exa. é a questão de trazer o Ministério Público aqui para dentro. Então, o Vereador que quer trazer o Ministério Público aqui para dentro, eu acho que tem que estudar bastante e ir lá fazer um concurso para o Ministério Público, porque são poderes... Aliás, o Ministério Público, com todo o respeito aos promotores, não é um poder; os poderes, segundo a Constituição Federal, são o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. O Ministério Público é um órgão! Agora tem muita gente que se acostumou a recorrer ao Ministério Público! Eu tenho profundo apreço pela instituição Ministério Público, Ver. Guilherme Socias Vilella, acho que ele cumpre um papel fundamental na sociedade brasileira, mas eu não posso desconhecer que aquilo que a Constituição Federal fez em 1988, inclusive com Deputados do meu Partido, exacerbando nas atribuições e nos poderes, criou uma distorção institucional no Brasil! Às vezes, se nós deixarmos— e eu volto a dizer isto com muito respeito -, um promotor vem aqui e senta na cadeira do Ver. Sgarbossa! Foi o povo que deu essa cadeira ao senhor, Ver. Sgarbossa! O senhor tem um mandato dado pelo povo, com atribuições que são nossas, não são do agente ministerial! Nós não temos que a qualquer questão... E aí tem sido uma questão habitual, inclusive de instamento do serviço público, às vezes de insubordinação hierárquica de alguns servidores que não querem fazer um comando político, que é legal e que é legítimo de um Secretário, e vão lá no Ministério Público! E, como a Constituição Federal errou em 1988, quando criou a figura da autonomia e da independência do agente funcional, cada promotor, às vezes, pode – pode! – extrapolar e exacerbar a sua competência e amoldar a ferramenta jurídica que lhe foi concedida às suas conveniências e às suas convicções ideológicas, o que é um equívoco! Volto a dizer: é uma distorção do papel e da função do Ministério Público!

Então, eu lamento que se tenha criado esse grupo de trabalho. O dinheiro do contribuinte mantém uma instituição que vai muito bem, obrigado, porque as suas dependências – e que bom que todas as instituições públicas fossem assim – são as melhores possíveis, os

---

equipamentos são os melhores possíveis, a estrutura é a melhor possível. Eu acho que é colocar fora o dinheiro do contribuinte e do cidadão, criando grupo de trabalho para fazer isso! Mas nós temos uma Secretaria, meu Prefeito João Dib – o senhor foi Secretário, inclusive, se não me engano, dos Transportes de Porto Alegre -, e o contribuinte paga imposto é para isso! E agora vai lá criar um grupo de trabalho, um promotor que é regamente pago?! Porque aí um Vereador vai lá fazer uma denúncia, e cria-se uma investigação, Emerson, movimenta-se, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, um aparato judicial com o dinheiro do contribuinte para fazer isso?

Então, graças a Deus, nós temos a liberdade da tribuna para falar sobre essas questões, porque elas têm que ser faladas! Volto a dizer: embora seja positivo para as instituições brasileiras o papel saneador que, muitas vezes, tem o Ministério Público, ele não está acima de críticas! E os Vereadores que saem daqui do plenário, derrotados que foram no voto, para recorrerem ao Ministério Público dão uma demonstração de muito pouco apreço pela democracia, pelas instituições democráticas! Depois, amoldam o discurso para dizer que os outros são autoritários, arbitrários, mas nós precisamos aceitar a vontade soberana do povo que nos colocou aqui, em maiorias e minorias. E, se há alguma votação – e a votação expressa aquilo que é o desejo da sociedade através dos seus representantes –, nós temos que ter a capacidade democrática de aceitar essa decisão. Volto a dizer: não fazer *bis in idem*, não botar lá uma estrutura do Ministério Público regamente paga para discutir aquilo para o que já existe uma secretaria que o contribuinte paga para definir. E que se dê à EPTC, que, também, não está além de qualquer crítica; a EPTC merece, sim, muitas críticas. Às vezes, é uma entidade autônoma em relação à vontade até do Secretário; arrogante, muitas vezes. Quando se dá poder, Ver. Bernardino, a um agente de trânsito, assim como quando se dá poder a qualquer ser humano, ele não está imune à questão de que o poder lhe suba à cabeça e que ele extrapole as suas faculdades de exercício daquele poder. Nós precisamos, inclusive, aperfeiçoar os mecanismos de cobrança e de fiscalização dos agentes de trânsito, essa é outra questão!

Agora, nessa questão dos 30 segundos, por favor! Por favor! Esta Câmara já decidiu, a experiência já derrotou, se tentou fazer na Cidade, não deu certo. E nós estamos aqui, há dois ou três meses, insistindo na mesma questão, quando o povo espera de nós muito mais! É claro que uma senhora com deficiência física que tem dificuldade em atravessar

---

---

precisa de mais tempo! Então, usemos a nossa capacidade para ir lá na EPTC, como Vereadores – essa, sim, é a nossa obrigação –, e dizer para o Cappellari: “Olha, lá na sinaleira da Mariante, estão dando 12 segundos para a pessoa atravessar. Vamos lá, junto comigo, para ver se tu consegues atravessar naquela sinaleira!” Ele vai ver que, se ele não for o campeão mundial dos cem metros rasos, não atravessa. Mas não vamos fazer essa legislação a rodo porque assim não funciona.

Por último, mas não menos importante, a questão institucional, que eu quero deixar gizada. Eu lamento profundamente que os Vereadores saiam daqui para recorrer ao Ministério Público, lamento! Eu poderia ter sido promotor, Ver. Villela, se quisesse; poderia ter sido juiz, talvez, se quisesse. A minha vocação foi para a atividade política do Parlamento e para advocacia, que eu acho uma atividade sagrada. Acho que a Constituição de 1988 deu esses poderes ao Ministério Público, e alguns, infelizmente, não conseguiram se dissociar da sua função inquisitorial, que é de acusar, acusar, acusar, acusar! Às vezes, inclusive, quando não precisam acusar, não se desfazem desse seu vício de acusar. Então, eu quero o respeito às instituições: que a Câmara seja a Câmara, seja o Parlamento; que o Ministério Público atue quando tem que atuar como Ministério Público e compreenda e respeite a legitimidade do poder político, eleitos que somos nós! E que nós não estabeleçamos mais isto que está posto na realidade brasileira que é este choque, que está fazendo com que, inclusive de forma equivocada, muitas vezes os Parlamentos queiram retirar competências do Ministério Público, especialmente algumas fiscalizatórias, exatamente porque alguns não estão percebendo que estão exacerbando nas suas atribuições e tensionando as relações institucionais no Brasil. Então, quando cometemos esse tipo de equívoco, eu me sinto no dever – volto a dizer, de forma respeitosa, mesmo que não ouvido por muitos – de vir chamar a atenção. A questão dos tempos semaforicos é uma questão que a EPTC deve fazer, em que os Vereadores devem se debruçar, mas dentro desse respeito que a institucionalidade determina e dentro das competências que a mesma institucionalidade estabelece na Constituição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; o Ver. Valter traz o assunto, e, na semana, eu já tinha dito aqui nesta tribuna, vou reforçar: acho que o assunto trazido pelo Ver. Sgarbossa foi de suma importância, porque nós acabamos debatendo a questão do tempo dos semáforos, mas é verdade que nós não podemos estabelecer uma regra única para todas as vias de Porto Alegre – eu até fiz um comparativo da Av. Ipiranga com a Rua Santana, por exemplo –, não tem como estabelecermos o mesmo tempo, por lei. Cada caso terá que ser estudado separadamente.

Mas o que está ocorrendo aqui? Nós estamos discutindo o quê? Pois é, nós temos um requerimento de adiamento, aí há outro requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol solicitando antecipar a apreciação do requerimento. Então, nós estamos discutindo o segundo requerimento e vamos discutir o primeiro depois deste. Então o projeto, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, será a terceira discussão. E, para colaborar, eu paro por aqui.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, pela oposição.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, nós entendemos que este debate ainda é pequeno na cidade de Porto Alegre, por isso, inclusive, o encaminhamento do Requerimento. Esta Casa precisa ter um pouco mais de cuidado e de escuta e não se submeter a uma impressão, uma indução que, lamentavelmente, aconteceu, na minha opinião, de forma muito ruim para a cidade de Porto Alegre, quando da experimentação dos trinta segundos nas sinaleiras. Ruim porque dizer que a Cidade não suporta andar mais devagar desta maneira é inviabilizar um debate mais consistente, um debate mais sério e protetivo da vida. Nós entendemos que pode haver um olhar cuidadoso, uma apresentação pelo nosso Diretor da EPTC de um trabalho mais metódico, direcionado, pensado para cada via, para cada sinaleira, com a possibilidade de incorporação de tecnologia. Eu vejo, por exemplo, que a Prefeitura, hoje,

---

pág. 22

---

contratou vinte milhões num projeto, contratou não sei quantos milhões noutra – o projeto não trazia o valor, Ver. Mauro, por isso me abstive, no outro votei contrário. Eu não vejo a Prefeitura contratar um recurso pesado e importante para a educação para o trânsito e para investir em tecnologia, investimentos que podem proteger a vida na cidade de Porto Alegre.

E nós estamos muito e seriamente preocupados com acidentes gravíssimos e não poucos raros que têm acontecido em Porto Alegre de trânsito e de atropelamento de pedestres, de mortes de pedestres. Eu lembro, quando fiz carteira, que a minha mãe disse: “Eu espero, minha filha, que tu nunca atropelares ninguém”; isso, para mim, é uma questão basilar, que orienta a minha movimentação na direção do automóvel, é a orientação que eu passo para os meus filhos e para todos os que dirigem automóveis. Mas, lamentavelmente, não é o que acontece em regra geral, os motoristas são extremamente, agressivos, e eu não sou daquelas que andam devagar, as pessoas que andam comigo de carro sabem que eu ando rápido, mas eu acho que a prioridade da vida é a prioridade número um, e não é isso que está acontecendo na cultura do automóvel em Porto Alegre. Então, a Prefeitura simplesmente desvinculou os recursos que seriam destinados às ciclovias e à educação ambiental, educação para o trânsito, educação para respeito ao ciclista, educação para o uso alternativo de transporte, o estímulo ao transporte de ônibus, ao transporte coletivo. Onde estão as campanhas pesadas para que isso aconteça, para que as pessoas deixem os carros, para que as pessoas valorizem o ônibus, para que o transporte coletivo seja a grande prioridade, que os motoristas individuais saibam que têm que deixar o ônibus passar primeiro no cruzamento, na entrada de uma via. Se no ônibus tem 50 pessoas e eu estou só, ou em duas ou três, de quem é a prioridade? É do ônibus! É impressionante, quando o ônibus tem que sair do corredor e entrar em uma via comum, o desespero dos carros querendo passar antes! Então é uma cultura violenta, bélica, não urbana que está instalada na nossa Cidade. Cada vez que vemos a Prefeitura tomar iniciativas como da educação para o pedestre, que esse valor seja subtraído do investimento das ciclovias, e o nosso Parlamento entender que isso está bem, acho que é uma insensibilidade desta Casa para com os problemas de qualidade de vida na cidade de Porto Alegre. Tenho insistido muito nesse tema. O Marcelo tem várias medidas propostas, mas eu tenho insistido muito na transversalidade da educação. Eu não acredito em uma cidade sustentável, boa de se

---

---

viver, se a educação não for prioridade! Isso é uma discussão que a gente faz em relação à mídia também. A grande mídia lamentavelmente precisa vender, ela vive do comercial, e ela então não se dedica a educar as pessoas para serem delicadas, gentis, cuidadosas no trânsito, no cotidiano, nas relações com as crianças, com os idosos, na relação entre motorista e pedestre, na relação entre motorista e ciclista, etc.

Nós estaremos na sexta-feira aqui concedendo o Troféu Câmara de Porto Alegre para a TVE FM/Cultura. Não é para elogiar um programa, um trabalho de um determinado governo, não, é para fortalecer a comunicação pública. Esse é o único e principal objetivo dessa homenagem. Porque a comunicação privada é financiada pelo poder econômico que precisa vender, financia para vender. Portanto, a grande mídia brasileira não forma cidadãos cuidadosos, generosos, gentis e delicados; forma consumidores. É lamentável a produção de consumidores neste Brasil. Nós, na contracorrente disso, estamos tentando encaminhar fatias do orçamento para a comunicação pública, para a educação ambiental, educação para o trânsito, educação para o transporte alternativo, ou as cidades serão inviáveis. Então, Ver. Pujol, V. Exa. me desculpe, a gente está encaminhando o seu Requerimento, V. Exa. está passando para depois esse tema. Nós concordamos porque não queremos enfrentar aqui, porque, infelizmente, é para perder recursos nesse sentido, para perder investimentos, nesse sentido. Hoje votei contrariamente a mais R\$ 20 milhões de investimentos para arrecadação, se a gente não consegue, enquanto Cidade, priorizar o Orçamento para essas dimensões, uma dimensão para uma cidade ser melhor para se viver. Esta é a defesa que a gente faz aqui. Investir em educação e em alternativas para circulação na Cidade é investir numa Cidade melhor de se viver, numa Cidade mais feliz. Então, nós não queremos só votar no final da fila, nós queremos é não votar, Ver. Pujol. A nossa unidade aqui tem um outro sentido, mas eu quero deixar claro isso, que a gente precisa andar mais contra a corrente. Essa questão de rendição à urgência, à velocidade, ao tal progresso, não nos interessa. Eu estou muito triste com esse último impacto nesta Cidade, esse cercamento que apareceu aqui da Usina do Gasômetro até os galpões do Cais do Porto. Nós aqui combatemos e votamos contra a concessão daquela área, o Regime Urbanístico daquela área, já encaminhado pela Governadora Yeda, na época, e hoje a gente olha com tristeza. Ontem à tarde, nós andamos de bicicleta, fizemos um passeio ciclístico nessa região, com milhares de pessoas andando aqui na beira do Guaíba, no Gasômetro, e aquela área está toda cercada, ali vai ter um *shopping*. É

---

pág. 24

---

chocante ver um *shopping*, aqui do lado da Usina do Gasômetro, quando as pessoas precisam de área para circular e para ser feliz. A minha alegria é que milhares de pessoas estavam nos parques e não nos *shoppings*. Então, vamos criar consciência de que o desejo do porto-alegrense é outro, não é essa velocidade, essa construção, isso que chamam de modernidade e felicidade.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Obrigado, Vereadora.

O Ver. Professor Garcia solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 15 a 24 de setembro de 2014.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste, colegas desta Câmara, primeiro quero saudar a presença do nosso Suplente-Vereador, Paulo, Coordenador dos CARs desta nossa Cidade, e também do nosso querido, sempre Vereador, namorado da nossa Cidade, João Antonio Dib.

Nós sabemos, e já falei mais de uma vez, que o meu querido colega Marcelo tem sentimentos de uma cidade verdadeiramente viva, de uma cidade em que os moradores se sintam à vontade, em que o pedestre se sinta à vontade. E ouvindo o discurso da minha querida Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon, lembrei quando o ex-Prefeito Alceu Collares, do meu Partido, construiu a Av. Edvaldo Pereira Paiva. Então, vemos que as discussões aqui são de momento, porque, quando o Collares tentou construir, o PT deixava à beira da faixa para que não fosse construído aquele espaço, que hoje é utilizado como lazer nos finais de semana. E o PT deixava, botava um pessoal deixado lá, à beira da faixa, para que não passassem lá, não queriam a Av. Edvaldo Pereira Paiva. E quem mais usa, hoje, é a comunidade porto-alegrense.

Inclusive nós temos aqui um projeto para que outra avenida – que também não queriam porque era questão de momento – também seja fechada nos fins de semana e que se dê prioridade às pessoas. Então, senhores, quando se fala que não se vota porque se quer realmente o lazer da comunidade, a gente fala, muitas vezes, em projetos de momento. E é o que foi, nós queríamos que as sinalizas aumentassem o tempo para o pedestre – nós

---

votamos aqui; porém foi feito um teste, infelizmente não somos técnicos, e não foi possível isso. Nós temos um projeto das sinaleiras alternativas, sinaleiras inteligentes, para ser votado. Acho que esse projeto, senhores, o projeto indicativo é a solução para esse grande problema, para que, no momento certo, na hora correta, pontualmente, essas sinaleiras aumentem o tempo para o pedestre. Isso atingirá as pessoas que realmente necessitam, obesos mórbidos, idosos, crianças. Então eu acho que nós temos que ter o meio termo. Eu solicito que seja votado o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, e que, posteriormente, seja votado o projeto do Ver. Nereu D'Avila. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Cumprimento o Ver. João Antonio Dib, que nos dá o prazer de sua presença no plenário. Seja sempre bem-vindo, Ver. João Antonio Dib, nosso sempre Vereador desta Casa. Um abraço. Saúde e paz!

Em votação nominal, solicitada pela Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna, o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) Quatorze Vereadores presentes. Não há quórum.

(16h22min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Kevin Krieger está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

Passamos às

## **COMUNICAÇÕES**

O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

---

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; agradeço a V. Exa. por me ter cedido seu tempo, acho que é importante que este espaço seja utilizado aqui, já que nós estamos em permanente contato com as pessoas na periferia da Cidade e me parece importante que possamos, aqui, repercutir as questões que a Cidade nos levanta. Tenho procurado encaminhar, apesar de que este período é difícil para a Prefeitura de Porto Alegre, mas há uma importante reivindicação dos moradores da periferia da Cidade no que diz respeito a serviços mais continuados, de obras e de manutenção principalmente das redes de esgoto pluvial e cloacal. Nós inclusive chegamos lá e as pessoas nos dizem: “Ah, nós fomos abandonados por vocês.” Aí, levamos, todos nós, a responsabilidade. Quero chamar a atenção que serviço de limpeza urbana, serviço de esgoto e limpeza de boca de lobo tem que ser uma ação permanente da Prefeitura e tem que ser uma presença forte e continuada da Prefeitura de Porto Alegre. Nós estamos encaminhando para a SMOV pedidos de manutenção de rua, patrola. Recebi hoje de manhã uma solicitação das educadoras de uma escola infantil da Vila Amazônia, na Zona Norte, porque com uma pequena chuva as educadoras chegam na creche embarradas até os joelhos, porque as vias ali precisam de saibro, precisam de pavimentação e sabemos como é complicado que os políticos resolvam isso em época de eleição. Não queremos misturar isso. Eu tenho formalizado pedidos à Prefeitura para que ela atue, independente da nossa presença ou não. Eu considero sempre o momento da cidadania, não o momento da eleição. Infelizmente, o nosso sistema político não valoriza o voto do eleitor individual, porque é um sistema muito influenciado pelo poder econômico. Na última eleição, foram R\$ 4 bilhões de investimentos privados em candidaturas, que mostram a força desigual do poder econômico sobre o voto em relação à pessoa individualmente; em especial as pessoas que estão nos lugares mais empobrecidos. Por mais que haja uma distorção importante, eu quero chamar a atenção no sentido de que a nossa passagem por todos os cantos da Cidade no período eleitoral, longe de ser aquele senso comum de dizerem “vocês só vem aqui na hora da eleição”, é um momento importante de reconhecimento do estado das coisas. Então chama a atenção que manutenção de vias, de vielas, expansão de asfalto com saneamento seja perto do zero, lamentavelmente, na periferia da cidade. A troca da Prefeitura no Orçamento Participativo de um para de dois em dois anos, leva para mais longe a possibilidade de solução dos problemas. Eu acompanhava uma rua, e eu quero dizer para os senhores que eu jamais

---

prometo nada porque eu sei que não se faz, e não faço, e tenho encaminhado para as reuniões do Orçamento Participativo, Ver. Nedel, inclusive, estou me informando sobre quando será a reunião do Partenon para várias situações de rua. As pessoas estão se organizando e vão para a plenária do OP. Só que as plenárias do OP neste ano começam agora, depois das eleições, então é um processo de dois anos. Imaginem quando chegará a melhoria do saneamento àquelas comunidades? Eu quero sugerir que a Prefeitura de Porto Alegre organize projeto de grupos de ruas para retomada do asfalto com a colocação do esgotamento sanitário na periferia da Cidade. Teve uma desaceleração disso muito forte, o que penaliza as famílias. E eu tenho certeza de que os PACs 1, 2, e agora vem o PAC 5, têm como acolher projetos coletivos, projetos de várias ruas, e eu espero que a Prefeitura use desse artifício, desse canal importante que o Governo Federal oferece para retomar, Ver. Nedel, e é sério, o asfalto na periferia da cidade de Porto Alegre. E quero aqui fazer conjuntamente.

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Vereadora, a senhora está falando que é importante retomar e tal, mas a senhora votou contra o financiamento, que era justamente para investir na nossa Cidade. Eu lamento que V. Exa. tenha feito isso, votar contra a cidade que precisa de um financiamento para o seu desenvolvimento e para a sua melhoria, porque não acredito que a senhora seja contra a Cidade

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Ver. Nedel, eu respeito a sua posição, porque sei que V. Exa. confia e gosta da gestão do seu Governo. Eu votei contra, porque, infelizmente, eu tenho críticas à forma como o Governo atual gere os recursos. Eu votei contrariamente, porque R\$ 20 milhões para um sistema de gestão de arrecadação, quando a gente não vê chegar exatamente para quem mais precisa, essas obras de saneamento que eram uma marca importante do nosso Governo, que enterrava muito cano e que priorizava a periferia... A gente anda no Morro da Cruz, nas comunidades, e vê – eles lembram muito – quando foram conquistados os saneamentos.

Quero encerrar esse período de Comunicações que o Ver. Mauro me possibilitou dizendo que os bancários começaram sua campanha salarial. Acho que essa campanha tem que ser muito apoiada, porque o lucro dos bancos é extraordinário. A gente vê o quão grande

---

é o lucro dos bancos, que os banqueiros financiaram 160 dos Deputados eleitos na última eleição. Os banqueiros têm muito dinheiro, investem muito na representação no Parlamento, mas, infelizmente, não garantem a segurança dos bancários, não usam o vidro blindado, não constroem mecanismos de segurança como a legislação demanda, para falar de um aspecto da luta dos bancários. Eles começaram a campanha salarial e recebem todo o nosso apoio porque lutam com os mais poderosos e não têm seu direito garantido como mereceriam.

De novo: a reforma política é muito importante para a representação política no Congresso Brasileiro ser mais representativa do trabalho e do trabalhador do que de quem domina e explora este trabalho e este trabalhador.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Vereadores Delegado Cleiton e Paulinho Motorista, que me ouvem com atenção, e estavam ouvindo o discurso da Ver.<sup>a</sup> Sofia, porque, realmente, era de se ouvir o discurso dela, e o Ver. Nedel pegou muito bem, cobrando, no seu aparte, a coerência. Ela quer as obras no bairro Partenon, e se facilitar ela pede as obras na Zona Sul, mas na hora de pedir o empréstimo que a Prefeitura conseguiu, através da CAF, para fazer obras em Porto Alegre, para fazer o capeamento ou o recapeamento das ruas que estão esburacadas, ela votou contra e pediu para que a Prefeitura voltasse a fazer asfalto. Eu acho que tem que voltar a fazer asfalto. Está fazendo, mas não pode fazer aquilo que o partido dela e a Administração a que ela pertenceu fizeram durante todos esses anos. Até fizeram, e eu acho que fizeram bem, deram asfalto às vilas, mas nunca pensaram em colocar um cano de esgoto, nunca colocaram um cano de esgoto sequer! Então a rua está com asfalto, com aquela camadinha bem fininha de asfalto, mas esqueceram da saúde das pessoas das vilas. Como se pessoa pobre não tivesse direito ao saneamento, Ver. Paulinho Motorista. Mas é lógico que tem direito!

Eu não sei o que é que a Ver.<sup>a</sup> Sofia quer com isso, votando contra esse projeto de pegar dinheiro para atender às pessoas que precisam, para fazer capeamento nas ruas de Porto

---

Alegre com asfalto, que é uma das maiores reivindicações. Às vezes nós temos problemas na Zona Sul em patrolar as estradas – não é isso? Imaginem o asfalto. Aí, quando tem dinheiro para fazer alguma coisa mais, a Ver.<sup>a</sup> Sofia, o Ver. Sgarbossa e grande parte do PT – não são todos; o Ver. Mauro Pinheiro, por exemplo, quando são assuntos que interessam à Cidade, ele vota a favor – votaram contra na Sessão de hoje. Eu só queria deixar registrado isso. Não tinha que usar a tribuna para nada, a não ser para fazer isto: registrar a contradição de não querer dinheiro para atender às vilas e os bairros pobres da nossa Cidade. Isso é inconcebível! Nós cuidamos do asfalto, de quem tem automóvel, e quem é pobre precisa de automóvel também. As vilas precisam que haja condições de entrar lá um automóvel, até porque pode precisar sair uma criança com febre alta na madrugada.

Então, quando pudermos pegar dinheiro para ajudar, temos que pegar, seja do Banco Mundial, seja da instituição que for. A Prefeitura de Porto Alegre tem capacidade de endividamento. Por isso, não se concebe que votem contra esse tipo de projeto, como nós votamos hoje. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulo Brum está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Waldir Canal está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente.

Passamos à

## **PAUTA**

A Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

**A SRA. SOFIA CAVEDON:** Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras, hoje estou falando um pouco demais, mas tenho a oportunidade de dizer mais uma vez por que nós votamos contrariamente: porque o

---

financiamento não era para essas obras, era para a gestão, mais uma vez, da Prefeitura – meio.

Vou falar da Pauta específica, Ver. Idenir Cecchim, que está no plenário ainda. Nós temos aqui projetos de autoria do Ver. João Derly, que é Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Estamos chamando para a reunião do dia 23, terça-feira, quando a CECE vai se reunir, de novo, sobre o tema da Contrário, por conta de atrasos de férias e de pagamentos de vale-transporte e alimentação das nossas funcionárias de limpeza e cozinha. Então, o Ver. João Derly, que é parceiro nessas nossas lutas da educação, meu colega, ele Presidente e eu Vice-Presidente, propusemos que as quadras esportivas, academias de saúde e pistas de corrida possam ser adotadas, assim como as praças e parques hoje. E eu aproveito a iniciativa do Ver. João Derly para enfrentar uma saída, certamente, para a manutenção dessas áreas.

Acho que é uma faca de dois gumes, porque é muito triste uma cidade onde todos os espaços públicos têm lá uma propaganda, seja de refrigerante, de material de construção. Eu acho uma derrocada, uma renúncia à independência do que é de todos, da comercialização de um produto. É muito triste quando uma cidade tem que fazer isso. Chegar ao Largo Glênio Peres e encontrar propagandas de marcas de refrigerante... Eu acho que a gente tem que ter muito cuidado e muita atenção para que essas propagandas sejam pequenas, discretas, e que a gente, de fato, consiga construir uma outra forma de manutenção dos espaços públicos.

O dia 1º de setembro é celebrado por muitos como Dia do Professor de Educação Física. E o nosso sistema CONFEF/CREF, sistema de Educação Física, foi criado em nome de regulamentar a profissão, mas eu sou absolutamente contrária a esses conselhos no papel que eles têm. Então, eu sempre digo que sou daquele grupo que celebra o Dia do Professor de Educação Física no Dia dos Professores e no Dia das Professoras. Eu não acho que tem que, além do diploma de professor, providenciar uma carteirinha e pagar uma mensalidade para setores que ficam cerceando a atuação do professor e da professora de Educação Física.

O meu espanto foi que, assim como foram homenageados professores como o Professor Laerte, do Liberato, o Conselho de Educação Física fez aqui uma homenagem ao Prefeito José Fortunati, nesta Casa. Eu não vim na celebração, porque eu não concordo com esse sistema, mas fiquei sabendo que ele foi homenageado, Ver. Delegado Cleiton, e me

---

assustei, porque, Ver. Mauro Pinheiro, foi homenageado um Prefeito que retirou de vinte e poucas praças e parques professores de Educação Física, que está estrangulando e asfixiando a Secretaria Municipal de Esportes. Eu me espantei com essa homenagem prestada por esses órgãos que dizem representar a Educação Física e valorizar a nossa profissão! Então, Ver. João Derly, ele quer valorizar esses espaços de academias, academias de saúde que hoje estão nas praças, as quadras, mas eu acho que o ser humano, ao lado da estrutura, ele precisa do ser humano, porque toda praça que é arrumada, se não tiver uma ativação esportiva, cultural, vai ser mal utilizada, vai virar um belo lugar, infelizmente, para práticas que não são práticas de saúde e de bem estar.

Eu quero aqui dizer que faço o meu registro que nós precisamos de concurso para profissional de Educação Física para a Secretaria de Esportes, precisamos ampliar os estágios e precisamos que a Prefeitura assuma a defesa pública do direito à prática de esportes nas nossas praças e parques. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a Pauta consagra, no dia de hoje, vários projetos de lei, os quais, todos eles, têm bons significados e merecem a nossa melhor atenção. Por óbvio que é absolutamente impossível que tendo um projeto em 1ª Sessão, que é o PLCL nº 013/14, de autoria do Ver. João Derly, que inclui incisos V, VI e VII no § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 618, de 10 de junho de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 675, de 22 de junho de 2011, incluindo as quadras esportivas, as academias de saúde e as pistas de corrida no rol de equipamentos públicos e de verdes complementares passíveis de serem adotados. Além dele, um projeto de relevância, mas que pode por nós ser encarado nas sessões seguintes que viermos a ter, dado que terá correr hoje a 1ª Pauta e provavelmente na quarta ou na quinta-feira a 2ª Pauta, Ver. Delegado Cleiton, V. Exa. que diligentemente me honra com sua audiência, temos que nos fixar mais naqueles projetos que estão em 2ª Sessão, porque é a última oportunidade que nós temos de sobre eles nos manifestar neste momento, no período de discussão preliminar.

---

E parece que os Vereadores resolveram avançar sobre toda a cidade de Porto Alegre. Há um projeto que diz respeito à Praça da Saudade, localizado no bairro da Azenha; há o loteamento Wenceslau Fontoura, localizado no bairro Mário Quintana; há o Loteamento Ecoville Leste, localizado na Lomba do Pinheiro; há a Chácara da Fumaça I, também localizado no bairro Mário Quintana; e do Ver. Idenir Cecchim, uma referência à Praça 3.733, localizada no bairro Jardim Itu Sabará, e, finalmente, do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Manoel Fernandes, o logradouro público cadastrado, conhecido como Rua 5.107, no Loteamento Portal do Guarujá 2, localizado no bairro Guarujá.

Convém que saibam os senhores e as senhoras que nos distinguem com sua atenção que tudo isso representa um esforço coletivo. Alguns devem dizer que os Vereadores perdem muito tempo com denominações de ruas. Não, isso é um equívoco. Só pensam assim aquelas pessoas que não sabem a confusão que era esta Cidade há alguns anos, quando existiam 40, 50, 60 ruas A, B, C ou D; cada loteamento colocava uma dessas letras no arruamento das mesmas, e obviamente isso criava uma confusão enorme, gerando, inclusive, uma súplica da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que pedia aos Vereadores que pudesse haver uma denominação mais consistente, mais clara, mais indicativa das várias áreas de Porto Alegre. E o Ver. Cleiton, que mora lá no Guarujá ou no Espírito Santo, naquela zona limítrofe, zona mista, diria, no jargão da Copa do Mundo, ou o Ver. Paulinho Motorista, nosso artífice do Belém Novo, que sabem o que representa para uma população periférica ter a sua rua denominada. É a sua inclusão oficial no mapa da Cidade! E esse fato, para muitos, passa despercebido, mas para os Vereadores não passa despercebido. Alguns até, exageradamente, se introduzem nesse processo, e outros mais seletivamente, entre os quais eu incluo Vossa Excelência.

Por isso, Vereador-Presidente, eu lhe agradeço a gentileza do aparte e uma breve tolerância para que não totalmente fora do Regimento, mas ao arripio dele, eu aplauda a Casa, que votou vários projetos importantes da Cidade no dia de hoje, especialmente os dois financiamentos que o Município irá consagrar com a Caixa Econômica Federal e com o Banco do Brasil, que trazem para os próximos orçamentos municipais mais de R\$ 100 milhões em termos de investimentos a serem diluídos no futuro com o pagamento parcelado que os mesmos haverão de ter.

Obrigado, Presidente; meus cumprimentos pela bela condução dos trabalhos.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, sendo que nesses valores está o valor para a orla do Guaíba, tão desejada por todos os porto-alegrenses, uma obra que abrange mais de 2 quilômetros de revitalização, uma obra importante para o Município de Porto Alegre.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** O seu registro é importante. Para eu não ferir demais o Regimento, não quis me referir a essa obra em si, mesmo na reorganização interna da Secretaria da Fazenda, o que melhoraria a possibilidade de uma verdadeira justiça fiscal de Porto Alegre. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir a Pauta.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, substituindo o nosso Presidente, Ver. Professor Garcia, que sofreu um acidente – aproveito o espaço aqui para mandar bastante energia a ele para que melhore rápido –, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público aqui presente; hoje, neste momento especial de discussão preliminar de Pauta, nós temos aqui vários projetos, como já citado aqui pelo Ver. Pujol, de denominações de praças e ruas. Eu confesso aos senhores, principalmente ao senhor que está nos assistindo pela televisão, que, antes de ser Vereador, eu achava um tempo perdido o Vereador vir aqui nomear ruas. Assim também como eu achava que não deveria existir círculo de pais e mestres, nem Consepro, porque são situações em que o Estado e o Município deveriam prever. Eu confesso aos senhores – não tenho vergonha disso – que a minha vida é um grande aprendizado; a cada dia, fico aprendendo uma coisa ou outra. E aí eu estava ouvindo o Ver. Reginaldo Pujol falar das denominações de ruas e praças. Nessas andanças, Vereador, que eu tenho feito nesses dois anos de vereança, eu tenho aprendido muito. A falta de um CEP ou a falta de uma denominação... Às vezes, quando aquele morador, principalmente aquele de periferia, vai fazer um crediário, e veem o nome da rua como Rua A ou beco não sei do quê, eu acho que ali já diminui um pouquinho a própria autoestima dele. Eu, há pouco, estive na vila Chocolatão, e as pessoas me cobravam um nome digno para as suas ruas pela dificuldade que elas têm de

---

---

receberem cartas, correspondências, pela dificuldade que têm até com o próprio caminhão de gás para entregar o produto. Então, é importante denominação de ruas. Eu confesso que eu coloquei poucos nomes de ruas e, nesses que coloquei, tentei pôr o nome de lideranças comunitárias da região. São importantes, sim, esses seis projetos – alguns do Ver. Nedel, um do Ver. Cecchim e um do Ver. Márcio Bins Ely – que estão aqui na Pauta.

Outra situação é a do João Derly. Como eu disse anteriormente, eu era contra Consepro, era contra círculo de pais e mestres até me ver dentro da polícia. Eu não sabia, na época, que os círculos de pais e mestres sustentavam, ajudavam na manutenção das escolas; e não sabia, até entrar para a polícia, que os Consepro ajudavam muito a segurança dos seus Municípios. Esse projeto do Ver. João Derly fala “para serem adotadas as quadras esportivas, as academias de saúde e as pistas de corrida no rol de equipamentos públicos e de verdes complementares passíveis de serem adotados”. É importante! Nós que estamos aqui, como o Ver. Pujol há mais tempo do que eu; o Ver. Mauro, também há mais tempo, eu acho muito difícil que um Governo, que os seus gestores, que os seus Secretários não queiram fazer um bom projeto de cidade, que não queiram deixar a sua marca, a marca do seu Partido, a marca da sua gestão, que não queiram fazer o melhor para a sua cidade. Então, hoje, nós tivemos a votação de alguns valores que serão colocados em benefício da nossa Cidade, e, infelizmente, alguns não tiveram essa consciência, porque levam o assunto como questão partidária, e não como questão da cidade e de todos os seus participantes.

Então é importante esse projeto do Ver. João Derly, para que praças, como as dos bairros Espírito Santo, Guarujá, Serraria, Ponta Grossa e Belém, possam ser adotadas por empresas. E que se ponha uma placa, porque essas empresas dão emprego. Muitas vezes, aquele morador da periferia recebe emprego daquela empresa, que pode ser pequena ou grande, não interessa. Eu tenho um colega que trabalha com vendas de folhagens, e ele faz essas adoções e divulga o seu nome – é pequena a empresa, mas emprega dois ou três. Quando se fala aqui “vamos botar placas”, é claro que a gente não quer placas gigantes, mas uma placa de adoção, para que melhore a nossa Cidade, daquela empresa que dá emprego é importante, porque está valorizando, também, o trabalhador da periferia. Então é muito justo e meritoso esse projeto do colega João Derly. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro):** Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h56min.)